como serviços e fundos autónomos nos respetivos ministérios de tutela e considerando que a Rede Ferroviária Nacional — REFER, E. P. E. é uma das EPR que consta dessa lista;

Considerando que o procedimento para a «Prestação de serviços de gestão, coordenação, fiscalização e coordenação de segurança em obra da empreitada de estabilização dos taludes entre o km 35+520 e o km 69+600, da Linha da Beira Baixa», tem execução financeira plurianual, torna-se necessária a publicação no *Diário da República* de uma portaria de extensão de encargos dos Ministros de Estado e das Finanças e da Economia, nos termos do n.ºs 1 e 2 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, aplicável ex vi do citado n.º 5 do artigo 2.º da LEO;

Considerando que o procedimento em causa tem um preço base de € 570.000,00 a que acresce IVA à taxa legal em vigor.

Considerando que o início deste procedimento ainda não ocorreu e que o prazo de execução abrange os anos de 2015 a 2017.

Considerando que através do Decreto-Lei n.º 91/2015, de 29 de maio, a Rede Ferroviária Nacional — REFER, E. P. E., incorporou, por fusão, a EP — Estradas de Portugal, S. A. e foi transformada em sociedade anónima, passando a denominar-se Infraestruturas de Portugal, S. A., mantendo o seu número de matrícula e de identificação fiscal.

Nestes termos, e em conformidade com o disposto nos termos conjugados da alínea a) do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro de 2012, e do n.º 1 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, manda o Governo, pelos Ministros de Estado e das Finanças e da Economia, o seguinte:

1 — Fica as Infraestruturas de Portugal, S. A. autorizada a proceder à repartição de Encargos relativos ao contrato de «Prestação de serviços de gestão, coordenação, fiscalização e coordenação de segurança em obra da empreitada de estabilização dos taludes entre o km 35+520 e o km 69+600, da Linha da Beira Baixa» até ao montante global de € 570.000,00.

2 — Os encargos orçamentais decorrentes da execução do contrato acima referido são repartidos da seguinte forma, não podendo exceder estes valores em cada ano económico:

- a) Em 2015: € 40.000,00 ao qual acresce IVA à taxa legal em vigor;
- b) Em 2016: € 340.000,00 ao qual acresce IVA à taxa legal em vigor;
- c) Em 2017: € 190.000,00 ao qual acresce IVA à taxa legal em vigor;

3 — O montante fixado para cada ano económico poderá ser acrescido do saldo apurado no ano anterior.

4 — Os encargos financeiros resultantes da execução do presente diploma serão satisfeitos por verbas adequadas do orçamento das Infraestruturas de Portugal, S. A., inscritas ou a inscrever pelos respetivos montantes.

5 — A presente portaria entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.

30 de julho de 2015. — Pela Ministra de Estado e das Finanças, o Secretário de Estado Adjunto e do Orçamento (no uso de competência delegada pela Ministra de Estado e das Finanças pelo Despacho n.º 9459/2013), *Hélder Manuel Gomes dos Reis*. — Pelo Ministro da Economia, o Secretário de Estado das Infraestruturas, Transportes e Comunicações (no uso de competência delegada pelo Ministro da Economia pelo Despacho n.º 12100/2013), *Sérgio Paulo Lopes da Silva Monteiro*.

208842677

MINISTÉRIOS DAS FINANÇAS E DA SAÚDE

Gabinetes dos Secretários de Estado Adjunto e do Orçamento e Adjunto do Ministro da Saúde

Portaria n.º 616/2015

No desempenho das suas atribuições, cabe ao Instituto Português do Sangue e da Transplantação, I. P. (IPST, I. P.) coordenar, a nível nacional, a colheita, análise, processamento e transfusão de sangue, bem como a colheita, análise, processamento e transplantação de órgãos, tecidos e células de origem humana, assegurar o funcionamento do Sistema Nacional de Hemovigilância e do Sistema Nacional de Biovigilância, em articulação com as entidades nacionais e internacionais competentes e garantir a disponibilidade de sangue humano, de componentes sanguíneos, de órgãos, tecidos e células de origem humana, atendendo às necessidades nacionais, nos termos do disposto no n.º 1 e nas alíneas b) e c) do n.º 2 do artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 124/2011, de 29 de dezembro, e no n.º 1 e nas alíneas b), c) e d) do n.º 2 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 39/2012, de 16 de fevereiro.

Os laboratórios de imunogenética dos Centros de Sangue e Transplantação de Coimbra, Porto e Lisboa do IPST, I. P. são responsáveis pelos estudos de caracterização dos genes do Complexo Major de Histocompatibilidade, fundamentais na identificação dos pares Dador-Recetor para transplantação clínica de órgãos sólidos e células estaminais hematopoiéticas. São, ainda, os laboratórios do registo nacional de dadores voluntários de células estaminais e progenitores hematopoiéticos — CEDACE.

Estes laboratórios apresentam um processamento médio anual de cerca de 30 000 a 35 000 amostras de sangue periférico humano, com vista ao isolamento e purificação do DNA genómico necessário para a genotipagem de doentes, dadores e potenciais dadores. Este é um processo primário que devido ao volume de trabalho, à necessidade de garantir a qualidade, de rastreabilidade e segurança exige uma metodologia de processamento automatizado. A seleção do sistema de processamento automático tem de ser feita com base em vários parâmetros que incluem não só a química usada, o rendimento e qualidade do material genético obtido, mas também a capacidade de integração da informação do estado das amostras processadas, a sua identificação e a posição de arquivo nas bases de dados do laboratório. Este último processamento exige sempre o desenvolvimento de rotinas informáticas por equipas de programadores informáticos especificamente contratadas.

A adoção de um sistema com estas características por um período relativamente longo é a melhor forma de rentabilizar os investimentos feitos a nível da validação metodológica laboratorial e do desenvolvimento e customização do fluxo de informação associada ao processo de extração de DNA.

Neste contexto, pretende o IPST, I. P. celebrar um contrato que origine encargos orçamentais em mais de um ano económico, tornando-se assim necessário proceder à repartição plurianual do encargo financeiro resultante da celebração do mesmo.

Assim:

Em conformidade com o disposto no artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, e ao abrigo do n.º 1 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, manda o Governo, pelo Secretário de Estado Adjunto e do Orçamento e pelo Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Saúde, o seguinte:

Artigo 1.º

Fica o Instituto Português do Sangue e da Transplantação, I. P. (IPST, I. P.) autorizado a proceder à repartição de encargos relativos à celebração de um procedimento de aquisição de reagentes e consumíveis para extração de DNA genómico de sangue periférico humano, até o montante de 666 000,00€ — seiscientos e sessenta e seis mil euros — acrescido de IVA à taxa legal em vigor, e que envolvem despesas em anos económicos diferentes, de acordo com a seguinte distribuição e escalonamento:

- a) Ano de 2015 — 111 000,00€ (cento e onze mil euros), ao qual acresce o IVA à taxa legal em vigor;
- b) Ano de 2016 — 222 000,00€ (duzentos e vinte e dois mil euros), ao qual acresce o IVA à taxa legal em vigor;
- c) Ano de 2017 — 222 000,00€ (duzentos e vinte e dois mil euros), ao qual acresce o IVA à taxa legal em vigor;
- d) Ano de 2018 — 111 000,00€ (cento e onze mil euros), ao qual acresce o IVA à taxa legal em vigor.

Artigo 2.º

1. Os encargos decorrentes da presente portaria são suportados por verbas inscritas e a inscrever no orçamento do IPST, I. P.

2. As importâncias fixadas para cada ano económico poderão ser acrescidas do saldo apurado no ano anterior.

Artigo 3.º

A presente portaria produz efeitos no dia seguinte ao da sua publicação.

24 de julho de 2015. — O Secretário de Estado Adjunto e do Orçamento, *Hélder Manuel Gomes dos Reis*. — O Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Saúde, *Fernando Serra Leal da Costa*.

208827773

Gabinetes dos Secretários de Estado Adjunto e do Orçamento e da Saúde

Portaria n.º 617/2015

O Centro Hospitalar do Tâmega e Sousa, E.P.E., necessita proceder à aquisição de tiras de reagentes para análise sumária de urina com

colocação de aparelhos semiautomáticos de leitura, para os anos de 2015, 2016, 2017 e 2018.

Considerando que o contrato relativo à aquisição de tiras de reagentes para análise sumária de urina com colocação de aparelhos semiautomáticos de leitura para o Centro Hospitalar, dá origem a encargos orçamentais em mais de um ano económico, torna-se necessário a autorização para a assunção de compromissos plurianuais.

Assim:

Manda o Governo, pelos Secretários de Estado Adjunto e do Orçamento e da Saúde ao abrigo do disposto no n.º 2 do artigo 45.º da Lei n.º 91/2001, de 20 de agosto, na sua atual redação e no n.º 1 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, na alínea *a*) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro e no n.º 1 do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, o seguinte:

1 - Fica o Centro Hospitalar do Tâmega e Sousa, E.P.E., autorizado a assumir um encargo plurianual até ao montante máximo de € 10. 489,50 (dez mil quatrocentos e oitenta e nove euros e cinquenta cêntimos), a que acresce o IVA à taxa legal em vigor, relativo à aquisição de tiras de reagentes para análise sumária de urina com colocação de aparelhos semiautomáticos de leitura.

2 - Os encargos resultantes do contrato não excederão, em cada ano económico, as seguintes importâncias:

2015 - € 2.039,63 a que acresce IVA à taxa em vigor;
2016 - € 3.496,50 a que acresce IVA à taxa em vigor;
2017 - € 3.496,50 a que acresce IVA à taxa em vigor;
2018 - € 1.456,88 a que acresce IVA à taxa em vigor.

3 - A importância fixada para cada ano económico poderá ser acrescida do saldo apurado no ano anterior.

4 - Os encargos objeto da presente portaria serão satisfeitos por verbas adequadas do Centro Hospitalar do Tâmega e Sousa, E.P.E.

21 de julho de 2015. — O Secretário de Estado Adjunto e do Orçamento, *Helder Manuel Gomes dos Reis*. — O Secretário de Estado da Saúde, *Manuel Ferreira Teixeira*.

208827432

MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

Secretaria-Geral

Declaração de retificação n.º 670/2015

Por ter saído com inexatidão o Despacho (extrato) n.º 7806/2015, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 136, de 15 de julho de 2015, retifica-se que onde se lê (a p. 19001) «foi designado, sob proposta do Secretário de Estado da Cultura, o Dr. José Manuel Lima de Oliveira Pinharanda Nunes» deve ler-se «foi designado, sob proposta do Secretário de Estado da Cultura, o Dr. João Manuel Lima de Oliveira Pinharanda Nunes».

27 de julho de 2015. — O Diretor do Departamento Geral de Administração, *Francisco Vaz Patto*.

208830559

MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL

MARINHA

Gabinete do Chefe do Estado-Maior da Armada

Despacho n.º 8793/2015

1 — Manda o Almirante Chefe do Estado-Maior da Armada, ao abrigo da alínea *c*) do n.º 1 do artigo 72.º do Estatuto dos Militares das Forças Armadas (Decreto-Lei n.º 90/2015, de 29 de maio), após despacho conjunto n.º 5505-B/2015, de 22 de maio, do Ministro da Defesa Nacional e do Secretário de Estado da Administração Pública, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 100, de 25 de maio de 2015, e retificado pela Declaração de Retificação n.º 397-A/2015, publicada no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 101, de 26 de maio de 2015, promover por diuturnidade ao posto de primeiro-tenente, em conformidade com o previsto na alínea *d*) do artigo 198.º do mesmo estatuto, os segundos-tenentes:

Da classe do Serviço Técnico:

9101499 Bruno Alexandre Gonçalves Neves
9103305 Maurício Filipe Teixeira Pinto
116297 António Luis Prates Lopes

Da classe de Técnicos de Saúde:

903790 José António Pinto Pereira

(no quadro), que satisfazem as condições gerais e especiais de promoção fixadas, respetivamente nos artigos 58.º e 207.º do mencionado estatuto, a contar de 21 de julho de 2015, data a partir da qual lhes conta a respetiva antiguidade, de acordo com a alínea *a*) do n.º 1 do artigo 176.º e para efeitos do n.º 2 do artigo 72.º, ambos daquele estatuto.

2 — As promoções produzem efeitos remuneratórios no dia seguinte ao da publicação do presente despacho, nos termos da alínea *a*) do n.º 8 do artigo 38.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, ficando colocados na 1.ª posição remuneratória do novo posto, conforme previsto no n.º 1 do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 296/2009, de 14 de outubro.

3 — Estes oficiais, uma vez promovidos e tal como vão ordenados, deverão ser colocados na lista de antiguidade do seu posto e classe à esquerda:

Na classe do Serviço Técnico:

Do 217990 primeiro-tenente da classe do Serviço Técnico Carlos Manuel Ferreira Marques.

Na classe de Técnicos de Saúde:

Do 104190 primeiro-tenente da classe de Técnicos de Saúde José Inácio de Almeida Gomes.

28-07-2015. — O Almirante Chefe do Estado-Maior da Armada, *Luís Manuel Fourneaux Macieira Fragoso*, Almirante.

208830056

Superintendência do Pessoal

Despacho n.º 8794/2015

Manda o Almirante Chefe do Estado-Maior da Armada, ao abrigo da alínea *d*) do n.º 1 do artigo 72.º do Estatuto dos Militares das Forças Armadas (Decreto-Lei n.º 90/2015, de 29 de maio), após despacho conjunto n.º 5505-B/2015, de 22 de maio, do Ministro da Defesa Nacional e do Secretário de Estado da Administração Pública, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 100, de 25 de maio de 2015, e retificado pela Declaração de Retificação n.º 397-A/2015, publicada no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 101, de 26 de maio de 2015, promover por escolha ao posto de sargento-chefe, em conformidade com o previsto na alínea *b*) do artigo 229.º do mesmo estatuto, o sargento-ajudante da classe de manobras:

227582, Amadeu Figueira Marcelino

(no quadro), que satisfaz as condições gerais e especiais de promoção fixadas, respetivamente, nos artigos 58.º e 237.º do mencionado estatuto, conjugado com o n.º 1 do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 236/1999, de 25 de junho, a contar de 1 de janeiro de 2015, data a partir da qual lhe conta a respetiva antiguidade, de acordo com a alínea *b*) do n.º 1 do artigo 176.º e para efeitos do n.º 2 do artigo 72.º, ambos daquele estatuto, em consequência da vacatura ocorrida nessa data, resultante da atualização dos quadros especiais, em vigor, conforme despacho do Almirante Chefe do Estado-Maior da Armada, n.º 11/15 de 11 de março. A promoção produz efeitos remuneratórios no dia seguinte ao da publicação do presente despacho, nos termos da alínea *a*) do n.º 8 do artigo 38.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, ficando colocado na 1.ª posição remuneratória do novo posto, conforme previsto no n.º 1 do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 296/2009, de 14 de outubro.

Este sargento, uma vez promovido, deverá ser colocado na lista de antiguidade do seu posto e classe à esquerda do 400281 sargento-chefe M José António Vieira Coreixo.

27 de julho de 2015. — Por subdelegação do Chefe do Estado-Maior da Armada, o Diretor de Pessoal, no exercício de funções do Superintendente do Pessoal, ao abrigo do artigo 42.º do Código do Procedimento Administrativo, *Jorge Manuel Novo Palma*, Contra-almirante.

208828648

Despacho n.º 8795/2015

Manda o Almirante Chefe do Estado-Maior da Armada, ao abrigo da alínea *d*) do n.º 1 do artigo 72.º do Estatuto dos Militares das Forças Armadas (Decreto-Lei n.º 90/2015, de 29 de maio), após Despacho conjunto n.º 5505-B/2015, de 22 de maio, do Ministro da Defesa Nacional e do Secretário de Estado da Administração Pública, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 100, de 25 de maio de 2015, e retificado